



Silêncio, invisibilidade, clandestinidade e poder: o aborto na sala de aula universitária

Noeli Gemelli Reali
Débora Diana da Rosa

O presente artigo tem por objetivo apresentar os resultados da pesquisa acerca das representações sobre aborto dos docentes dos cursos de Medicina, Enfermagem, Direito e Psicologia da Universidade Comunitária e Regional de Chapecó – UNOCHAPECÓ realizada pelo Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Gênero: FOGUEIRA.

Foram realizadas entrevistas semi-estruturadas com 13 professores 6 homens e 13 mulheres – com idade média de 40 anos - partir diferentes abordagens e especialidades no interior de cada curso. No curso de Direito foram contempladas as áreas do direito penal, civil, constitucional público e direito de família. No curso de Psicologia foram escolhidos/as docentes da área da psicologia organizacional, psicologia escolar e psicologia clínica. Do curso de Enfermagem foram selecionados/as docentes da gestão e da assistência. No curso de Medicina as áreas de urologista, ginecologia/obstetrícia e pediatria foram contempladas.

Na primeira parte do artigo, apresentamos um estudo acerca das diferentes concepções construtoras de significados e práticas sobre o aborto. Na segunda parte, apresentamos análise dos dados tendo como pano de fundo a metodologia da análise do discurso. O estudo, de caráter qualitativo, desenha uma paisagem cognitiva de parte de docentes dos cursos diretamente envolvidos com a problemática do aborto e ao mesmo tempo nos fornece ferramentas importantes para realizar uma reflexão e avaliação dos conhecimentos curriculares que os cursos oferecem bem como seus possíveis efeitos sociais e particulares.

Discursos conflitantes: enfrentamentos conceituais, políticos e culturais

No Brasil, conforme pesquisas realizadas em 2000 pelo Instituto Alan Guttmacher, ocorrem entre 750 mil e um milhão de abortos por ano, considerando-se apenas os casos registrados no Sistema Único de Saúde – SUS. “De 2000 a 2004 ocorreram 697 óbitos em consequência de gravidez que termina em aborto, principalmente em mulheres jovens, de 20 a 29 anos, com 323 óbitos”¹ No dossiê Aborto Inseguro, elaborado em 2001 pela Rede Nacional Feminista de Saúde e Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos, existe a informação de que, no Brasil ocorrem cerca de 250 mil internações anuais para tratamento das complicações de aborto².

¹ <http://www.ipasorg.br/arquivopesquisas/factsh> - acessado em 04 de abr 2009 19: 14 h.

² <http://www.ips.org.br/debates> acessado em 04 abr. 2009 19:14 h.



Os dados expostos possibilitam afirmar que nossa sociedade é abortiva. Entretanto, a prática da interrupção da gravidez indesejada é histórica e socialmente contraditória. Ela está presa em complexos mecanismos de significação, que a produzem e, simultaneamente, a condenam. Dessa forma, a interrupção da gravidez indesejada se situa num campo de luta e de disputas que, no atual contexto, ganha configurações de acirramento, confronto e mobilização.

Os significados autorizados criados por grupos vinculados ao pensamento religioso conservador, que veem a interrupção da gravidez indesejada como pecado, por exemplo, confrontam-se neste momento com posicionamentos marcadamente feministas que buscam desestabilizar e, ao mesmo tempo, produzir outros significados para o processo de abortamento. Está em andamento um enfrentamento conceitual importante, cujos desdobramentos políticos, interventivos e práticos são de ordem muito diferente. A cultura, dessa forma, através de diferentes grupos sociais e culturais que a constituem, produz diversos significados que buscam, de forma contínua, legitimidade e poder.

Os significados atribuídos ao aborto são, portanto, histórica, cultural e politicamente construídos pelos grupos sociais, que via de regra, estão relacionados de maneira assimétrica. Tais significados nascem e convivem permeados de disputas por legitimidade que lhes confere direitos, privilégios ou vantagens de uns grupos sobre outros. Nos jogos culturais de poder, os grupos inventam estratégias e mecanismos para manter seus postulados ativos e criam, igualmente, formas de distribuí-los. Michel Foucault (1979;1995) chama tal procedimento de *dispositivos de poder* cuja principal função é criar *efeitos de verdade*. Assim, a tal “verdade”, que a princípio nasce de interesses de um grupo específico, passa a ter um valor universal. Ou seja, os grupos hegemônicos exigem ou impõem aos demais grupos sua forma de pensar. Os grupos ou pessoas que não se enquadrarem nas ditas verdades passam a ser perseguidos, excluídos ou penalizados. Quando um grupo afirma que o aborto é pecado, ele está criando um conceito que será para muitas pessoas uma verdade. Se é verdade, então, que interromper uma gravidez indesejada é pecado, quem a realiza está em pecado, em falta grave, devendo, portanto, ser punido/a tanto para a “restauração” ou perdão individual, quanto para servir de exemplo “pedagógico” para que outras pessoas não cometam o mesmo pecado.

Maria José R Nuners e Regina S. Jurkewicz (2002) explicam que ao longo da história, a Igreja Católica criou centenas de justificativas, explicações e teses de convencimento a fim de potencializar e distribuir seu posicionamento. Um dos argumentos mais difundido é a ideia da



existência de um único deus, criador de todo o universo e de toda espécie de vida. Isso significa que somente este ser, dito supremo, tem a capacidade e o dom de gerar a vida. Contudo, uma das criaturas “funcionará” como uma espécie de depósito da reprodução desse deus: o corpo da mulher. Assim, o corpo feminino passa a ser o lugar de passagem para os/as filhos/as, que, antes de serem filhos/as dos homens e das mulheres, serão considerados/as “filhos/as de Deus” (idem)

Expressões do tipo “Deus quer” povoam o cotidiano de milhões de pessoas para justificar toda e qualquer gravidez, seja ela desejada ou não, resultado de violações ou de violência de qualquer ordem. Da mesma forma, os desdobramentos pessoais, tanto da mulher quanto da futura criança, são desconsiderados. Uma criança não desejada pode sofrer múltiplos tipos de abandono e sofrimento, nem sempre computados ou reconhecidos nos discursos conservadores. A interrupção de uma gravidez indesejada passa a ser condenada por ser considerada uma violação do poder divino e não por falta de condições específicas, sejam elas emocionais ou materiais da mulher, do homem ou mesmo do casal. Assim, a racionalidade religiosa judaico-cristã impõe uma ordem, uma verdade absoluta cuja transgressão implica um dos mais graves atos. Por isso, foram criadas regras explícitas e estratégias de punição, humilhação e envergonhamento das pessoas, mais especificamente, das mulheres.

A Justiça, quase sempre aliada da Igreja, disponibiliza para seus grupos conservadores a noção de aborto como crime. Da mesma forma que a Igreja, a Justiça inventa um conjunto de dispositivos que legitimam sua própria posição, bem como fortalecem o significado pautado pela fé.

Por sua vez, o discurso científico, advindo, de modo mais enfático, da Biologia, também cria seus arranjos para validar suas posições acerca do significado do aborto. Seguindo ainda os estudos de Rosado-Nunes e Jukewicz (2002) existem duas interpretações ditas científicas que acreditam na existência da vida humana a partir do zigoto. Uma delas postula que o zigoto já é uma pessoa, sendo, portanto, legítimo que ele usufrua todos os direitos dos sujeitos, sobretudo proteção e cuidados. A outra corrente, não muito diferente, afirma que o zigoto é uma vida *em potência*, defendendo, da mesma forma que a posição anterior, o direito e seguridade da vida. Existem explicações que afirmam a existência de vida a partir da concepção, o que, em tese, justifica a condenação por assassinato da mulher que aborta.

Entretanto, estes argumentos não andam sós. Outras posições, também ditas científicas, contestam, de certa forma, a certeza da existência do indivíduo a partir do zigoto. Dentre outras questões, a contestação se dá pelo fato de que *em torno de 75% dos zigotos são eliminados antes de se implantarem na matriz* (ibidem, p. 41), pondo em dúvida a existência da pessoa numa situação



em que as bases estruturais para tal não existem. Como justificar, então, que a própria natureza elimina “pessoas”? Outra corrente usa o cérebro como ponto de referência para a existência ou não da individuação. Para esse grupo, a pessoa só existe a partir da formação do cérebro (enquanto indicativo da consciência), que ocorre por volta do 15º dia da concepção, ocorrendo atividade cerebral próximo à 8ª semana (ibidem). Portanto, antes disso, a vida, tal como é defendida, não existiria. Assim, a ciência, como representante da racionalidade dominante da modernidade e da cultura ocidental, outorga-se a posse da verdade e da falsidade ao mesmo tempo que rejeita a narrativa religiosa, oferece-lhe elementos para justificar a própria posição.

Na família, outra poderosa instituição, o significado do aborto sofrerá forte impacto dos demais discursos. Enredada nas demais significações, a família, de modo geral, tratará o aborto como uma questão moral – uma vergonha máxima. Pais e mães, convencidos pelos demais conceitos, quase sempre condenam a filha: vagabunda, leviana ou vadia. Desprezível e desprezada, a filha pode ser expulsa de casa, abandonada à própria sorte, bem como fugir, desaparecer, enclausurar-se ou buscar no suicídio o fim do sofrimento. Recai sobre a mulher toda a responsabilidade da gravidez. Reaparece a matriz culpabilizadora, ou aquilo que poderia ser chamado de síndrome ou maldição de Eva. Na cultura judaico-cristã, a figura de Eva carrega a marca da provocação, da sedução e da sexualização da mulher. Ela é responsabilizada, nos escritos bíblicos, por desviar o homem de sua tarefa de guardião do paraíso, pelo pecado carnal/sexual e por todas as desgraças decorrentes dessa postura: dores no parto para ela e comer com o suor do trabalho para ele. Assim, é o corpo sedutor da mulher que atrai e seduz o inocente homem, que lhe faz uma criança. Ela deve, portanto, à semelhança de Eva, ser expulsa e amaldiçoada por todos. Sofrer o isolamento, a humilhação, o desprezo, a solidão e a dor nada mais significam que um merecido castigo.

Dessa forma, as quatro mais poderosas instituições sociais, políticas e culturais da sociedade – a Igreja, a Justiça, a Ciência e a Família - assumem-se como autoridades máximas para legislar, decidir e intervir sobre o corpo e a vida da mulher. É importante observar que tais discursos nascem e se fortalecem em instituições, que possuem profundos acordos com modelos patriarcais, sexistas e androcênticos. Isto é, os argumentos, teses e construções sociais e culturais são elaborados segundo prerrogativas masculinas, com claras vantagens em relação aos direitos das mulheres. Embora o homem esteja diretamente ligado à questão do aborto, ele fica, de certa maneira, isento de responsabilidade. O homem pode exigir o aborto, pagar por ele, comprar



remédios abortivos para a mulher, acompanhá-la, e até sofrer – em alguns casos. Contudo não há penalidade prevista para ele - nem mesmo moral.

Em contra ponto às posições ditas conservadoras, Rosado -Nunes e Jurkewicz (2002) apresentam a corrente conhecida como *posição francesa*. Os intelectuais dessa abordagem entendem que a existência humana é resultado da capacidade única desses seres de estabelecerem *uma relação com o mundo e com as outras pessoas [dessa forma] é a relação de reconhecimento dos pais que chamam o filho a nascer* (idem, p. 45). Tal interpretação desloca a função natural e moral do aborto posta pela Igreja, pela Ciência e pela Justiça para uma posição social. O que está em jogo aqui é o desejo e a possibilidade de dar a vida e cuidar da pessoa que está por vir. *Fecundar um óvulo é realmente fácil, seja ‘in vitro’, seja ao vivo: exige apenas alguns segundos; enquanto fazer uma pessoa exige pelo menos 20 anos* (Thibault apud Rosado-Nunes; Jurkwicz, 2002, p. 45). Essa posição, implica, portanto, em dar condições emocionais e materiais de vida digna a uma pessoa que, por longos anos, estará na dependência emocional e material de outras.

Durante séculos, os significados acerca do aborto construíram poderosos conceitos de condenação em torno de sua prática. Contudo, eles não foram suficientes para impedi-lo nem mesmo para coibi-lo. Dito de outra forma, as mulheres e homens, apesar do aprisionamento dos corpos, criaram e criam estratégias para vazar, fugir da “norma” e sob um outro signo inscrever um outro significado. Os dados apresentados no início desta reflexão confirmam tal hipótese. O aborto em nossa sociedade é uma realidade. As razões são inúmeras, como muitas pesquisas revelaram: estupro, gravidez na adolescência, autoritarismo familiar, relações sexuais forçadas (inclusive por maridos e namorados), impossibilidade de nova gestação, desconhecimento das formas e regras contraceptivas, medo, risco de demissão do emprego, pobreza e pobreza extrema, projetos pessoais e profissionais e idade figuram como as causa mais freqüentes.

Independentemente das significações e condenações morais e legais previstas, o aborto acontece. Milhares de mulheres adoecem e morrem. Mesmo diante de todas as formas de julgamentos, penalidades e sanções morais e sociais, milhares de mulheres interrompem uma gravidez que não desejam.

Como e onde as práticas abortivas acontecem? Em razão das conotações institucionais apontadas anteriormente, não resta outra forma de realizá-lo senão no silêncio, na solidão e na clandestinidade. As formas de abortamento são dramáticas e não cabe aqui descrevê-las. Nenhuma mulher interrompe uma gravidez por prazer ou simplesmente porque assim o deseja. O aborto é sempre uma violência. É uma prática carregada de profunda dor, tanto física quanto emocional. A



interrupção da gravidez indesejada para muitas mulheres, contudo, é uma necessidade, como bem mostra filme *O Segredo de Vera Drake*, de Mike Leigh (2004). Trata-se de uma decisão que está acima de qualquer outra, pois é uma ou mais vidas que estão em jogo – inclusive a da própria mulher. Mulheres e homens devem, nessa perspectiva, decidir responsabilmente e com liberdade sobre suas vidas e sobre outras de que são capazes ou não de cuidar e amar.

As estatísticas forçam os ouvidos a escutar os gritos e as vozes das mulheres que interrompem uma gravidez indesejada. Suas razões ganham visibilidade através de pesquisas, de depoimentos, de boletins hospitalares e policiais, de notícias e de sua própria morte. Mulheres e homens de diferentes lugares e posições problematizam os antigos conceitos e criam novos significados. O aborto passa a ser significado como necessidade e como direito. As vozes discordantes vêm do corpo das mulheres, de suas dores e de seus sofrimentos. As vozes discordantes vêm das mulheres, de sua organização, das lutas feministas e femininas.

Até agora foi usado o termo *significação* para ajudar a entender os complexos processos que as culturas têm utilizado para nomear suas práticas e dar-lhes um atributo, um valor, um nome, um sentido. Isso também pode ser entendido como um processo de conhecimento ou de fazer conhecer, elaborado através daquilo que se pode chamar de *política da representação*, como bem apontam os estudos de Katryn Woodward (2000); Tomaz Tadeu da Silva (1999; 2000) e Stuart Hall (2000). Assim, o aborto ganhou ao longo de tempo significados que partiram de posições muito diferentes. Cada qual criou representações específicas que disputam legitimidade no campo cultural, social, político e particular. Cada um desses grupos arvora-se, muitas vezes, o direito de nomear “o outro”, dizer quem ele é: a mulher que aborta é pecadora; é criminosa; é vagabunda; é vítima ou é cidadã que têm direito de decidir sobre seu corpo e sua vida. Vive-se, pois, uma luta conceitual e política desigual entre as representações sobre a interrupção da gravidez indesejada. Numa sociedade abortiva, todas as pessoas são responsáveis por ele. Por isso, existe um discurso desestabilizador que está forçando uma discussão e uma revisão importante dos velhos dogmas e mitos que, de certa forma, criaram uma dramática situação social. O aborto sai da clandestinidade e ganha salas de aula, pesquisas, palestras, cursos, encontros e colóquios. Pessoas de muitos lugares, de muitas idades, de espaços e posições diferentes enfrentam este doloroso debate não mais para culpabilizar, criminalizar ou humilhar, mas para compreender, ouvir e defender a vida de quem muitas vezes não pode com ela. Redes de estudos e de solidariedade proliferam, para criar novos significados e novas esperanças.



Silêncio, invisibilidade, clandestinidade e poder: o aborto na sala de aula.

Das 19 pessoas entrevistadas nenhuma trabalha a questão da gravidez indesejada e do aborto como um temas curricular. O assunto aparece de forma marginal ou ocasional. Uma das respondentes afirmou que este tema aparece apenas em algum Trabalho de Conclusão de Curso ou em alguma monografia, caracterizando interesse individual do/a estudante e não como um tema central ou significativo no curso. Uma das professoras do curso de Direito explicou que “na verdade a gente tem uma limitação: os conteúdos a serem trabalhados. Isso dificulta um pouco a discussão. Trago sempre outros temas, mas ultimamente não tenho trabalhado sobre o aborto”. Outro professor de Direito disse: “não é o objeto de debate mais profundo nas minhas aulas”. Um professor de Medicina disse: “Nunca. Acho que nem tenho conhecimento pra isso, preciso estudar muito mais”. Outra professora de Medicina disse que “até agora a gente não trabalhou. Acho que isso não vai chegar a ser trabalhado”. Um terceiro professor, ainda de Medicina, disse que “quem trabalha mais especificamente são as colegas do gênero e da ginecologia”. No curso de Psicologia a marginalização do tema continua. Uma das respondentes desse curso falou: “Esse tema que eu trabalho em uma disciplina, não. Em geral, não. Eu acho que ninguém no curso como um todo. Talvez alguns professores com uma visão um pouco mais feminista, em relação à mulher, à saúde da mulher, mas no geral não. Não é uma coisa que aparece no nosso Projeto Político Pedagógico”. Outra docente de Psicologia disse que “não é um conteúdo muito trabalhado. Na Psicologia acho que não é muito trabalhado.... eu não trabalho bem isso... (...) Não acredito que seja um conteúdo trabalhado nem por mim e acho que nem pelos meus colegas. Acho que fica meio na clandestinidade”. Uma terceira entrevistada deste curso disse: “na minha prática docente não. Não trabalho.” Uma das enfermeiras respondeu: “Eu não trabalho. Não está incluído como tema”. Ela informa ainda que os assuntos são definidos pela rede onde os usuários trazem problemas e este assunto, nunca apareceu. Uma única entrevistada disse que trabalha a temática: “Eu mostro que o aborto tanto nas clínicas ele é praticado. Eu só mostro pra eles as técnicas, como ele é feito”. Uma das coordenadoras entrevistadas disse que “na verdade a gente nunca discutiu como grupo de professores. Eu acredito que as gurias que trabalham com atenção primária dão maior debate e as gurias que trabalham com saúde da mulher e do recém-nascido. Não existe nenhuma discussão no curso, nenhuma posição, nada”. Os depoimentos confirmam a “clandestinidade” social e cultural da problemática. Mesmo que todos/as docentes tenham afirmado a importância do tema seu espaço em sala de aula está limitado. O que existe são comentários ocasionais ou orientações legais ou dos códigos de ética dos parâmetros profissionais. Existe, dessa forma, uma lacuna entre dizer que a



discussão sobre o aborto é importante e torná-la de fato importante, presente em sala de aula como um tema a ser politicamente estudado.

As estatísticas sobre a interrupção da gravidez indesejada são alarmantes e a mesma é considerada tanto pelo Ministério da Saúde quanto pelas pessoas entrevistadas como um problema de saúde pública. Isto quer dizer que o abortamento está entre as grandes preocupações de saúde do país. Por outro lado, as quatro áreas investigadas que lidam diretamente com a questão estão deixando, portanto, uma interrogação acerca dessa ausência no currículo acadêmico. Esta ausência, contudo, não é neutra, Ela produz efeitos na formação e posição que esses sujeitos tomam em seus espaços sociais e particulares. Não se pode mais esquecer que o currículo significa “aquilo que os estudantes têm a oportunidade de aprender na escola, através tanto do currículo oculto quanto do currículo explícito, assim como aquilo que eles não tem oportunidade de aprender por que certas matéria não foram incluídas no currículo...” (CHERRYHOLMES, 1993, p, 145). Dito de outro modo, os/as estudantes sairão da universidade com uma espécie de “vazio” conceitual acerca da questão favorecendo disseminação dos preceitos do senso comum construídos social e culturalmente. Parodiando, outro importante curricularista, poderíamos considerar a temática da intervenção da gravidez indesejada como uma temática *negada e silenciada no currículo escolar*, conforme anuncia Jurjo Torres Santomé (1995). Assim, os/a novo/as profissionais ao depararam-se com a problemática do aborto poderão tomar suas decisões pautados por princípios conservadores desconsiderando aspectos históricos, culturais, jurídicos, políticos e subjetivos que envolvem a interrupção da gravidez indesejada.

O círculo da invisibilidade e as práticas inconfessáveis

Alguns dos/as entrevistados/as contaram que também em seus currículos acadêmicos o tema não foi abordado. Ocorre, então, uma espécie de reprodução da invisibilidade cujos efeitos podem se espalhar através de práticas inconfessáveis. Tal desconhecimento, que gera o silêncio acadêmico, fortalece ações discriminatórias e preconceituosas que não produzem as mudanças necessárias para que a prática da interrupção da gravidez indesejada seja realizada com segurança e ao mesmo tempo que sejam criadas estratégias educativas em direção a uma mudança cultural nas práticas sexuais, no cuidado de si e do outro. Também não podemos deixar de assinalar que o conhecimento acerca de questões tão sérias como as do aborto, onde vidas estão em jogo, é um direito dos acadêmicos e ao mesmo tempo uma obrigação institucional.



Frente aos posicionamentos colhidos, observamos que em sua maioria, refletem um discurso moldado historicamente fundamentado em verdades absolutas sobre o que é a vida, o pecado, a culpa, a morte e a justiça. Foi importante identificar como os discursos destes profissionais estão alicerçados em pilares que fundamentam suas concepções, sejam eles de ordem religiosa, cultural, familiar, científica e/ou jurídica. O importante é como estes argumentos que respaldam determinados posicionamentos frente ao aborto, nem sempre conscientes no sujeito que os expressam, misturam-se a argumentos científicos ou religiosos que validam e ‘tranqüilizam’ suas posições.

Os resultados dessa pesquisa são uma convocação ao debate sobre o currículo, sobre a sexualidade, sobre o modelo patriarcal e autoritário da sociedade, sobre a saúde, sobre a economia, sobre o amor e sobre a educação. Debater a interrupção da gravidez indesejada é pensar sobre o que ensinamos aos meninos e às meninas. Problematizar a interrupção da gravidez indesejada é pensar sobre a infância, a adolescência, sobre nós e sobre o “o outro”. Não se trata, pois, de simplificar a questão ultrapassada e nociva de “estar contra ou a favor” do aborto. Trata-se, sim, de participar de um processo de amadurecimento cognitivo, ético e cultural de uma sociedade.

Referências

- CHERRYHOLMES, Cleo H. Um projeto social para o currículo: perspectivas pós- estruturais. In: SILVA, Tomaz Tadeu (org.). *Teoria educacional crítica em tempos pós-modernos*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.
- Foucault, Michel. *Microfísica do poder*. 11 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. 4 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.
- HALL, Stuart. Quem precisa de identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu. *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.
- LEAL, Ondina Fachel. Cultura reprodutiva e sexualidade. *Estudos feministas*. Porto Alegre, IFCS/UFRH, v. 6, n. 2, p. 376-92, 1998.
- NUNES-ROSADO, Maria José; JUKEWICZ, Regina Soares. Aborto: um tema em discussão na Igreja Católica – o surgimento de “Católicas pelo direito de decidir” In: SEMINÁRIO NACIONAL DE INERCÂMBIO E FORMAÇÃO SOBRE QUESTÕES ÉTICO-RELIGIOSAS PARA TÉCNICOS/AS DOS PROGRAMAS DE ABORTO LEGAL. *Aborto legal: implicações éticas e religiosas*. São Paulo 2002, p. 17-70.
- SAÚDE DA MULHER E DIREITOS REPRODUTIVOS: DOSSIÊS/ Rede Nacional Feminista de Saúde e Direitos Reprodutivos: São Paulo, 2001.
- SILVA, Tomaz Tadeu. *O currículo como fetiche: a poética e a política do texto curricular*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.
- SILVA, Tomaz Tadeu. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, Tomaz Tadeu. *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis, RJ: Vozes,
- WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu. *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.



TORRES SANTOMÉ, Jurjo. As culturas negadas e silenciadas no currículo escolar. In. Silva, Tomaz Tadeu (org). *Alienígenas na sala de aula: uma introdução aos estudos culturais*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.